

Sem dinheiro novo

GAZETA MERCANTIL

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

22 OUT 1985

Dinheiro Est

O Brasil não pediu dinheiro novo aos bancos internacionais nem pretende pedir neste momento, assegurou, ontem, o presidente do Banco Central (BC), FERNÃO BRACHER.

Ao participar do almoço de comemoração dos vinte anos de fundação da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Valores (Adeval), Bracher observou que "no momento não seria conveniente falar em dinheiro novo. O que mais convém é acertar o esquema de pagamento do principal da dívida. E neste ponto que as negociações se concentrarão".

O presidente do BC esclareceu que o governo brasileiro tem interesse em fechar o acordo plurianual da dívida externa brasileira até 17 de janeiro, quando vence a segunda prorrogação das linhas comerciais e interbancárias, que somam US\$ 16 bilhões. Disse ainda que tem dito aos credores que não adianta fixar uma data fatal para o fechamento do acordo. "O

ministro Funaro já fez o primeiro contato com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as negociações devem seguir o curso normal."

Embora se mostrando confiante no fechamento de um acordo antes de 17 de janeiro, Bracher ponderou que, "se for necessário, prorrogaremos os projetos 3 e 4 (linhas comerciais e interbancárias), mas não sei se será". Esclareceu, ainda, que nada impede que o acordo plurianual com os bancos seja fechado antes do acordo com o FMI. "Na minha perspectiva, falamos primeiro com o Fundo e depois com os bancos", complementou.

Em seu pronunciamento, o presidente do BC disse que "o atual desajuste interno é, em grande parte, consequência do ajuste externo e não pode ser visto separadamente do mesmo". Ele lembrou que vários investimentos do governo ou de suas empresas, projetados para ser concluídos com auxílio do financiamento externo, foram compelidos a voltar-se para o mercado interno,

disputando a poupança doméstica.

"As estatais, por exemplo, que se financiavam com recursos externos, passaram a utilizar recursos captados pela dívida mobiliária. Temos visto aumento no financiamento através da dívida mobiliária, mas não outros tipos de endividamento."

Bracher destacou que esta mudança na forma de financiamento traz um acréscimo da dívida mobiliária, mas que ela não deve ser vista independentemente de sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB). "Em junho, a dívida mobiliária era de aproximadamente 8% do PIB e a dívida interna total, de cerca de 20%, percentuais bem inferiores aos de vários países desenvolvidos", segundo o presidente do BC.

A despeito da maior utilização da dívida pública como instrumento de financiamento, Bracher ponderou que o BC tem atuado de forma a obter juros "apropriados para a conjuntura, orientando sua política na direção de manter os juros

nos menores patamares compatíveis com a situação presente". Lembrou que os juros reais pagos pelas ORTN desceram de 21,4% em agosto para 16,9%, enquanto as LTN permaneceram no patamar dos 10% ao mês nominais.

O presidente do BC destacou que, apesar da queda dos juros das ORTN, 16,9% reais ainda é uma remuneração extremamente atraente e elevada para o poupador e onerosa para o investidor.

"Esta taxa demonstra a atenção das autoridades no acompanhamento dos agregados monetários, cuja contenção se fará, também, pelo controle das causas primárias de expansão, entre as quais se resalta o déficit público."

Fernão Bracher assegurou que a Nova República deverá manter a legislação que regula a entrada de capital estrangeiro no mercado financeiro nacional. Segundo ele, o ingresso de capital estrangeiro no setor bancário poderia provocar um processo de desnacionalização do setor. "Isto já ocorreu em países latino-americanos que, atualmente, praticamente não têm mais bancos nacionais", observou.